



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682229 - SP (2021/0231521-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DANIELLI DEL CISTIA
ADVOGADO : DANIELLI DEL CISTIA - SP272850
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIANO FERREIRA DOS SANTOS
CORRÉU : CARLOS ALBERTO LOPES DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIANO FERREIRA DOS SANTOS que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0003311-24.2010.8.26.0624).

O paciente foi condenado à pena de 23 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 14 dias-multa, no mínimo legal, por infração ao art. 157, § 3º, segunda parte, do Código Penal.

Pretende a declaração de nulidade do termo de reconhecimento, por violação aos ditames do art. 226 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para, reconhecendo-se a ilegalidade do acórdão, suspender os efeitos da condenação até julgamento final do *writ*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência